

## **Violência, crime e jovens empobrecidos**

*Antonio Mateus de Carvalho Soares\**

Nas primeiras acepções sobre violência e crime é importante evidenciar que existe uma linha tênue entre crime e violência, todo crime é uma violência, mas nem toda violência é um crime. A definição de violência mostra-se ampla e ao mesmo tempo passível de uma delimitação. “A atual Violência que se manifesta na sociedade brasileira só parcialmente pode ser identificada com criminalidade” (Damacena, 2001, p. 48). Ao referirmos ao atual contexto brasileiro, percebe-se que não há apenas a violência, mas às violências, onde uma conecta-se com outra formando um complexo de hostilidades sociais.

A violência não é apenas o ato de matar, espancar ou estuprar, é uma agressão, um constrangimento físico e moral, um produto da desigualdade social que também pode ser entendida como a situação de miserabilidade que vive alguns seres humanos. A desigualdade, a exclusão, a má qualidade de vida, além de condicionantes geradores podem ser considerados como a própria violência. As condições precárias de sobrevivência estimulam uma frustração contínua de uma ‘vida inviável’, onde o indivíduo parece não ter expectativa de um futuro digno, sem aspirações para o viver futuro, pois essas vão escasseando-se com o insucesso de tentativas falhas: ao procurar um emprego, ao tentar oferecer uma vida melhor a seus familiares, tentativas de melhorias de vida que nem sempre são acompanhadas de bons resultados. O indivíduo passa a ser violentado socialmente, por não ter acesso ao ‘social formal’- educação, saúde, emprego, lazer, direitos não atendidos. Levando o indivíduo a um estado de negação permanente, o que se configura como estimulantes ao cometimento de atos violentos. Entre estes atos a violência interpessoal e seguida pela instrumental se destacam; são ocasionadas, na maioria das vezes, pela falta de meios para obtenção de renda. São observadas no plano das relações entre as pessoas com a desvalorização do

outro, onde matar e morrer se torna natural, onde a vida gradativamente perde seu valor.

Nesse contexto uma boa parte dos habitantes dos bairros empobrecidos das grandes cidades, em especial do Subúrbio Ferroviário de Salvador/Ba<sup>1</sup>, vivem violentados constantemente por estar em condição de miséria e por não usufruir de direitos humanos básicos como alimentação, saúde, educação, lazer. Segundo afirmação (Nelson Oliveira et al., 2000, p. 60)

o maior número de crimes acontecem em bairros que têm características em comum: pobres, populosos (em sua maioria de negros), privados de um tratamento de políticas públicas de qualidade, com falta de infra-estrutura. Trata-se em sua maioria, de bairros do subúrbio ferroviário.

São esses bairros que se encontram em situação de violência permanente quanto às condições de vida de seus moradores. A situação de violência, vista pelo Estado como de responsabilidade da população, naturalizando a exclusão social como destinos individuais. A concentração de renda e a conseqüente destituição de riqueza de significativa parcela da população, aliadas à inoperância do poder público para superar as condições adversas, expressam a miséria social.

Existe uma área muito ampla de violência, não reconhecida e não passível de ser processada pela lei, uma violência que pode-se chamar de “naturalizada” por ser identificada com as relações vigentes, com as relações sociais de trabalho rigidamente hierárquicas, classista, racistas ou sexista, com estruturas estatais e poder político, como relações sociais de inclusão e exclusão. A violência naturalizada não é percebida como violência, não chega a ser identificada” (Arnaud, 2001, p.106).

Pode-se dizer que a violência naturalizada encontra-se em estado de latência, pois está presente em nossa sociedade e não é entendida como uma situação de constrangimento, sendo algo oculto, implícito no social hostil, que se manifesta no formato de outra violência, fornecendo as condições necessárias para o acometimento no crime.

No caso da desigualdade e da exclusão, que não devem ser entendidas como variáveis causais únicas da violência, mas fatores delineadores de situações de riscos, percebe-se uma situação de agressão naturalizada aos direitos humanos. A desigualdade entendida como sócio-econômica, ou seja,

---

<sup>1</sup> Escolhido por ser o local onde há o maior índice de violência da cidade de Salvador

diferentes condições aquisitivas; e a exclusão definida como o não deixar fazer parte de, o não dar oportunidades de acesso, contrariando direitos que são universais – mas que se tornam privilégio da classe dominante.

A exclusão envolve privação e até mesmo a negação da condição humana e em nosso caso as suas bases estão em nosso processo histórico de formação social, econômica, política e cultural, que desde o seu início configurou-se como uma cultura de exploração e de repartimentos desiguais, inclusive da espécie humana: escravos e libertos. Para Milton Santos (1995, p.74):

Se a desigualdade é um fenômeno socioeconômico, a exclusão é, sobretudo, um fenômeno cultural e social, um fenômeno da civilização . Trata-se de um processo histórico através do qual uma cultura, por meio de um discurso de verdade, cria a interdição e a rejeita. O sistema de desigualdade se assenta, paradoxalmente, no caráter essencial da igualdade; o sistema da exclusão se assenta no caráter essencial da diferença.

Nesse contexto, cabe afirmar que a violência pode ser concebida como um produto da desigualdade social e da exclusão, um produto que se metamorfoseia, levando aos altos índices de criminalidade, em que as parcelas excluídas e sem perspectivas de serem incorporadas na sociedade considerada formal,<sup>2</sup> não têm motivos para desenvolver quaisquer tipos de obediência às normas e regras estabelecidas, restando aos excluídos muito pouca alternativa, entre elas a mais comum – a transgressão.

Já que os grupos incluídos procuram se defender da ameaça representada por àqueles que não lhe são “cordiais”, utilizam, como defesa, o próprio aumento da exclusão através de meios instrumentais e ideológicos . Assim sendo, remeto ao que diz Waiselfisz (1999, p.88) “os grupos excluídos lutam para administrar sua própria identidade, interiorizando os estigmas com os quais são desqualificados e transformando-os em um emblema ou um mecanismo de identificação”; nessa mesma linha acrescento a afirmação de Abromovay (1999, p.97) “a exclusão e a vulnerabilidade de vastos setores da população que, seriamente ameaçados pela miséria, estariam encontrando no crime e na violência seus mecanismos de subsistência”. Desta forma pode-se

---

<sup>2</sup> Onde as normas e as leis são seguidas, mediadas pela moral e pelos valores estabelecidos, com cumprimento dos direitos e deveres da cidadania.

sintetizar a relação que existe entre a condição de excluído e a violência, como se houvesse uma relação de causa e efeito.

Segundo alguns estudiosos do assunto, como Hannah Arendt, a violência é uma “enfermidade social”; uma enfermidade que se insemina na sociedade, com um alto grau de infecção e disseminação; neste sentido, cabe buscar o diagnóstico dessa enfermidade, pois a profilaxia só terá efeito de longa duração quando o combate for iniciado pelo vírus causador que é nossa estrutura político-econômica, motivadora maior da desigualdade e da exclusão.

Seria possível fazer uma análise simplista da violência numa perspectiva estritamente micro-social, em que um indivíduo transgressor fere, rouba, estupra, mata outro etc., motivado por situações diversas, e é enquadrado como criminoso: assassino, ladrão estuprador etc., que deve ser punido e sentenciado pela lei; cumpre sua pena e volta à “vida social”. Assim, o crime é culpa do criminoso, – como critica Wacquant (2000, pp.47ss.), o sistema da “tolerância zero” – “sem desculpas sociológicas”.

Portanto, não se pode analisar a violência apenas como um ato individual; há situações em que a sociedade compele os indivíduos ao descumprimentos de leis e normas, a exemplo de situação de anomia, isto é, quando é a sociedade e não os indivíduos, a responsável pela violência; e assim, a transgressão e o crime ganham feições de ação social, motivada por descompassos individuais, amplamente condicionados por variáveis sociais que estimulam um desajuste generalizado. Mas não podemos enquadrar a violência cotidiana como consequência de situação anômica, até porque a anomia é efêmera e ocorre muito raramente como desorganização do padrão social. No caso em exame, a violência, ela própria, torna-se um padrão social de conduta.

Se a afirmativa: sempre existiu violência é correta, o fato é que cresceu muito nos últimos anos, e por que? Houve mudança na natureza humana ou houve sérias mudanças na estrutura social? Para responder a estas inquietações, deve-se, antes de fazer à análise micro/individual, partir para a macro/social, utilizando a hipótese de que a violência é um fenômeno de múltiplas causas que toca a todas as classes sociais, porém, é mais evidenciado nas classes menos favorecidas, sobretudo quando o referencial é o assassinato.

A maioria dos estudiosos sobre violência afirma que “a violência pode ser entendida como violação do direito do outro, ou o uso do poder e da força contra o direito legítimo do outro”; atente-se que esta concepção, assim como muitas outras, relaciona a violência com o poder e também como a sobreposição do interesse do (eu) sobre o interesse do (outro); muitos autores concordam que a violência é a mais segura manifestação do poder. A violência é a mais segura manifestação do poder<sup>3</sup>. Como um fenômeno próprio ela pode ser percebida por ambos olhares, cada um pode ser utilizado conforme o enfoque que esta sendo dado, ao tratarmos da violência institucionalizada, na qual o poder é essencial para a prática violenta, utilizaremos o primeiro conceito. Quando estivermos discutindo a violência interpessoal, onde um infrator hipoteticamente pode ser um assaltante de ônibus, pode-se utilizar o segundo conceito, pois em seu ato criminoso ele utilizará o poder apenas como apoio instrumental para o ato, utilizando-se de alguma arma, mas o sentimento que o induziu ao ato foi o de impotência; ele se utiliza da arma para ter o poder e, com isso, reverter a sua impotência em ação de efêmera potência, que é o acometimento do crime.

Entre as múltiplas correlações que podem ser feitas com a violência, atentemos para a relação estabelecida entre a violência e a pobreza. Há uma grande discussão no meio acadêmico e social, com críticas à idéia de que tudo de ruim na sociedade é provindo da pobreza ou das áreas empobrecidas, sendo uma idéia equivocada que serve apenas para aumentar o grau de estigma em relação às classes empobrecidas, tidas como “classes perigosas”.

Neste quadro relacional torna-se comum a presença da ideologia *midiática*. Nos jornais, reportagens como a manchete que aqui é transcrita (ATARDE, 05/05/02, p.12 ): “Morrem muitos jovens nas periferias das metrópoles”, leva o leitor, de imediato, a fazer analogias simplistas e equivocadas entre periferia, pobreza e violência.

Realmente são nas periferias onde se encontram os maiores índices de violência e crimes, entretanto, a pobreza não é o fator único e determinante para o crime, mas pode ser entendida como um fator contribuinte, gerado pela desigualdade social e caracterizado por seu estágio de acentuada miséria:

---

<sup>3</sup> Partindo da posição teórica de Hannah Arendt, há uma contradição, pois segundo a estudiosa “poder é a capacidade de agir em conjunto e a violência começa onde o consenso e o poder terminam, pois a violência, em síntese, é a expressão da impotência”.

“desgraça, infortúnio, má sorte, infelicidade, insignificância, avareza”. Estes podem ser considerados fatores condicionantes e estão presentes na maioria das análises feitas no Subúrbio Ferroviário de Salvador.

A pobreza é uma violência. Mas não é a causa direta da violência, as variáveis geradas pela condição de pobreza podem estimular os atos violentos, mas a pobreza por si só não produz a violência. Ao afirmar que a pobreza é uma violência, refiro-me à violência naturalizada, aqui já descrita. Neste sentido o sociólogo (Jean Ziegler, 2002) afirma: “hoje em dia não existe matança objetiva, mas matança social. Uma pessoa que morre de fome é assassinada”. Entendemos, então, a fome como a vilã e o esfomeado como vítima. A pobreza é a violência e o empobrecido o violentado. Fundamento ainda a correlação pobreza-violência com o que diz o pesquisador (Espinheira, 2002): “... Se falarmos em violência e pobreza, devemos encontrar nesses dois conceitos algo em comum. Tratá-los, portanto, como uma equação a ser resolvida, são coisas diferentes, é bem verdade, porque não têm as mesmas propriedades. Enquanto que violência é um modo de agir e de considerar, de conotar; pobreza é uma condição, um modo de estar. São portanto coisas diferentes”.

Mesmo na inexistência de relação direta entre violência e pobreza, há uma similaridade comum entre os dois fenômenos, pois a pobreza, assim como a violência, não é natural; não são, ambas, inatas ao homem; na verdade são reflexos de variáveis diversas que partem da desigualdade social.

Surgem dois ramos de entendimento que facilitam a ampla abordagem que se pode ter sobre a violência, refiro-me à violência necessária e a desnecessária, a primeira entendida como a busca do saciar de um desejo que, naquele momento, mostra-se imprescindível para a manutenção da vida; a segunda, desnecessária, surge no contexto da não aceitação do outro, do não entendimento frente ao diferente. Nesse sentido (Espinheira, 2001, p. 11):

a violência que se funda sobre as desigualdades e a eliminação física do outro é a sua expressão mais extrema. A marginalidade e a exclusão são as fontes da violência necessária, enquanto que as diferenças são a inspiração da violência desnecessária.

Como exemplo da violência desnecessária poderemos buscar acontecimentos comuns no cotidiano das grandes cidades, como a briga de

trânsito, onde um desconhece a razão do outro; as confusões entre torcidas de futebol, que não há respeito pelas diferenças de conduta e de opiniões.

Após ter discorrido sobre a violência, parece oportuno tentar definir crime, haja vista as possibilidades de diferenciação quanto o ato violento e o ato criminoso, utilizando a acepção durkheimiana: “o crime é uma ação que fere a consciência coletiva”. O que choca as organizações sociais e tanto pode ser uma prática individual ou coletiva que pasma o senso coletivo e gera repúdio da sociedade; quanto maior a comoção social, maior a rejeição ao ato; também maior a ênfase na gravidade do crime, como exemplo: “o caso Galdino”, ocorrido em 19 de abril de 1997, que até hoje vem sendo utilizado como referência de hediondez criminal, quando jovens brasilienses oriundos da classe média, “tocaram fogo”, no índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, de 45 anos. Outro exemplo foi o assassinato da atriz Daniela Perez a golpes de tesouradas por um outro ator, em meados da década de 90, no Rio de Janeiro. Atos de grande comoção social, assim como o ocorrido em novembro de 2000, no litoral Norte da Bahia, o homicídio dos jovens estudantes de classe média de 17 e 16 anos, que chocou a sociedade baiana.

Mesmo sendo utilizado como referência teórica a concepção de Durkheim, achamos necessária a definição jurídica: “não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal” (art. 5º ; XXXIX – C.F.), a lei irá determinar o que será ou não crime, levando em consideração todas as especificidades, crime contra o patrimônio público, crime contra o patrimônio particular, crime pessoal, crime contra o pudor etc. Enfim vários tipos de crimes que serão configurados como violência, mas atentando que nem todo ato de violência é um crime.

O crime como violação da lei, como ato desviante ofende os sentimentos coletivos, dependendo de sua intensidade e da análise de sua função, pois alguns atos transgressores podem ser considerados crimes para a lei, mas não são vistos como tais pela sociedade, talvez por não ter efeito de impacto na consciência coletiva.

Para o entendimento da relação entre pobreza, marginalidade e criminalidade, pode-se utilizar as mesmas associações empíricas que foram feitas com a violência, pois o efeito conclusivo será análogo, onde se entende a criminalidade como uma ação violenta, com efeito causal oriundo da

intensificação da desigualdade social. Na conjuntura de exclusão social brasileira o crime tem crescido exponencialmente, utilizando dados do Mapa da Violência (Waiselfisz, 1998, p. 36), com recorte entre 1986 e 1996, observaremos que o número de óbitos por homicídio em 100.000 hab., na faixa etária de 15 a 24 anos, no Estado da Bahia, quintuplicou no decorrer dos dez anos analisados; no ano de 1986 constataram-se 139 homicídios de jovens; dez anos depois, em 1996, o número foi de 699, um crescimento vertiginoso de homicídios, configurando um recorde na criminalidade contra jovens.

Seguindo dados da mesma fonte, Waiselfisz (1998) afirma que houve um aumento de 97% de homicídios para o conjunto da população, enquanto no grupo dos jovens este incremento, teve a marca de 135% , isto é 37 pontos percentuais a mais.

## **2. Os Jovens empobrecidos: da vulnerabilidade ao crime e ao sensacionalismo da mídia**

A imprensa noticia, as pesquisas constataam: são os jovens os que mais matam e morrem atualmente no Brasil. “O Brasil está entre os países com taxas mais elevadas de homicídio entre jovens de 15 e 24 anos (...) segundo relatório da UNESCO é o terceiro do ranking de 37 países em taxas de homicídio juvenil” (Folha de São Paulo, 02/05/99). “A cada dez jovens que morrem no Brasil sete estão diretamente ligados com a violência urbana (...); a cada dez jovens que são presos no Brasil sete possuem menos de 20 anos” (Jornal Nacional de 24/08/2002).

Os jovens são as maiores vítimas e atores de atos violentos e criminosos, não é de espantar essa afirmação quando analisamos a vulnerabilidade em que estão expostos. Para entender com maior precisão esta problemática é imprescindível evidenciar o que é ser jovem e qual a relação deste com seu meio social, a família, a escola e o emprego.

Juventude é sinônimo de energia, vitalidade, sonhos, desejos presentes e futuros, o jovem não quer limites. Ele tenta viver intensamente cada momento de sua vida, precisa estudar, trabalhar e ter amigos; precisa desfrutar de seus direitos. A adolescência é também uma fase de transição, que a cada dia que

passa mais se alonga artificialmente, esse prolongamento se deve a diversos fatores, dentre eles a demorada inserção do jovem no mercado de trabalho, retirando uma das atribuições convencionalmente necessárias para o tornar-se adulto, que é a autonomia financeira. Como ele ainda não pode se prover economicamente, continua vivendo às custas dos pais, quando é o caso de ter essa retaguarda, a exemplo dos indivíduos de classe média. Nas classes baixas, esta situação vai configurar-se como *de risco*.

No momento que o jovem é totalmente desprovido das possibilidades de desenvolvimento dos seus potenciais ele perde a noção de ordem; seu idealismo em relação à vida entra em crise; e em se tratando de jovens pobres, a sobrevivência assume um lugar de destaque e, muitas vezes, a alternativa é a transgressão e o crime.

Já vivendo em um contexto hostil de múltiplas violências – em situação de risco – resta-lhe lutar contra as vicissitudes que lhe são impostas, para isto investe na própria violência. Viver para estes jovens torna-se um angustiante desafio, com crises entre o querer e o poder, ganhando feições aviltantes no momento em que até mesmo os seus queres de sobrevivência lhe são negados. Refiro-me ao querer morar bem, alimentar-se dignamente, ter acesso à escola e a emprego, ao lazer... direitos que lhe são negados.

A família possui um papel de essencial importância na vida dos jovens. É a partir dela que são fornecidas as diretrizes para o encaminhamento futuro, sendo a primeira instituição à qual o jovem faz parte; possui papel imprescindível no norteamento dos objetivos e na preparação para a vida adulta. A ausência da família ocasionará a carência afetiva e estimulará o jovem a buscar solidariedade em outros lugares e até mesmo na rua. Observe o que diz a reportagem “Pesquisa inédita da UNESCO, aponta que família e escola são as instituições que os jovens brasileiros mais respeitam” (Folha de São Paulo, 02/05/99), o noticiado condiz com a realidade, a família e a escola, mesmo socialmente esfaceladas, possuem um importante papel para o jovem, pois fornece os aportes para a continuidade do processo de maturação (UNICEF, A voz dos adolescentes, 2000).

Nas famílias “estruturadas” sócio-economicamente há uma preparação constante do jovem com investimentos na educação, para que futuramente ele possa dar o retorno com o alcance do sucesso profissional e social.

Entretanto, quando nos referirmos a jovens em situação de risco, que moram em bairros empobrecidos, como os do Subúrbio Ferroviário de Salvador, a falta da presença da família, que muitas vezes existe mas não se faz presente, pode ser um condicionante para os atos desviantes. As famílias muitas vezes não cumprem sua função de prover a sociedade de cidadãos, pois ela também é vitimada pelas condições adversas da exclusão e marginalização, estimulando ainda mais a condição de impotência do jovem.

Com o enfraquecimento da família enquanto instituição, sua função é repassada para a escola, onde jovens esperam conseguir condições instrumentais para melhorar de vida, mais uma vez ele é decepcionado, pois a escola pública atualmente é um caos e não fornece condições para o jovem pobre continuar seus estudos, pois o fator econômico o impede, assim como a falta de estímulos diversos, levando até mesmo aqueles que ainda ingressam na escola a desistir, antes mesmo de concluir o ensino médio.

Na pesquisa realizada no Subúrbio Ferroviário de Salvador, *na variável importância da família para o jovem/adolescente*, 75,9% dos entrevistados deram nota máxima; na variável importância da escola para o jovem, 71,3% deram também nota máxima; na descrição do tipo violento 41,4% dos entrevistados afirmaram que o tipo violento não possui escolaridade e 33% possuem apenas o primeiro grau incompleto. Levando-nos a constatar que essas duas instituições (família/escola) quando inexistentes ou inoperantes em seus papéis, estimulam os atos desviantes, ou seja, induz ao cometimento da violência.

O desemprego é outra variável influenciadora no comportamento dos jovens, ele está intimamente ligado à realização ou não realização pessoal e até mesmo à manutenção da vida. A falta do primeiro emprego traz fortes implicações para o jovem, pois aflora um sentimento de impotência que é acrescido com a inatividade constante; o não ter o que fazer, a condição de ociosidade forçada torna o jovem vulnerável ao crime, assim como à utilização de drogas.

Algumas declarações de jovens, que participam do programa da UNESCO, Abrindo Espaços<sup>4</sup> - 2002, ainda em estágio de consolidação em Salvador, talvez sirvam como registro para análise da relação estabelecida entre o não ter o que fazer e a violência: o aluno colaborador Rogério, com 19 anos de idade, diz: “que o Programa Abrindo Espaço é muito bom, principalmente porque ocupa o tempo ocioso dos jovens desviando-os da violência e das drogas”; o jovem Celeval, 18 anos, afirma: “o projeto traz benefícios para os alunos e diminui a violência, pois quando a pessoa fica sem ter o que fazer, encontra no roubo e nas drogas atividades”; Átila Nascimento, acrescentam: “não ter nada o que fazer alimenta o caminho das drogas e do assalto”.

A falta de alternativas para o ingresso profissional, a revolta com a exclusão empregatícia, a falta de recursos, a não perspectiva de futuro, a condição de ócio permanente podem levar jovens a desenvolver atos delituosos.

Neste sentido, torna-se pertinente à afirmação de que:

(...) impedidos de trabalhar, pois o sistema produtivo não oferece a chance do primeiro emprego – e isso se agrava com a precariedade da formação educacional, (...), desencantados da impossibilidade de inserção formal, os jovens se entregam a um ócio improdutivo e voluptuoso, no qual a presença de substâncias psicoativas é freqüente, e em seguida se iniciam em práticas transgressoras como única saída para a obtenção de recursos (...) quando as possibilidades de trabalho são bloqueadas a transgressão e o crime torna-se alternativas concretas, às vezes as únicas possíveis. (Espinheira, 1999, p. 40).

Alguns dados acerca do supracitado, referente ao desemprego, foram aferidos na pesquisa em análise; dos questionários aplicados diretamente nos bairros, na variável: *fatores da violência*, 70,1% dos entrevistados afirmaram que o desemprego é uma estímulo à violência; no mesmo questionário, quando foi perguntado qual as condições necessárias à violência, novamente o desemprego aparece com 72% das indicações. Nas variáveis relacionadas às substâncias psicoativas, 95,4% dos entrevistados afirmaram que o álcool é

---

<sup>4</sup> Programa da UNESCO, que atua em Salvador em 60 escolas públicas, com a finalidade de dar função ao espaço físico da escola, que nos finais de semana ficava sem utilização, com o programa a o espaço na escola é aberto e a comunidade pode participa de diversas atividades organizadas em forma de oficinas.

um fator de violência, enquanto 83,9% opinaram que a maconha induz a atos de violência.

A moral e os valores, que exercem funções coercitivas, são subvertidos e a introjeção de outros valores mais pragmáticos e imediatos, fundados na razão instrumental de ganhos por vias não legais, mais vantajosas em termos individuais, leva ao estabelecimento da conduta criminosa.

Começando a desenvolver uma sociação transgressora, condicionada por um sentimento de impotência e crise existencial no cumprimento das normas e trâmites da sociedade formal, os jovens em situação de risco efetivamente se *arriscam* e desafiam os obstáculos socialmente produzidos. Nesse sentido, Waiselfitz (1999) afirma: “na definição do que é certo e errado, desenvolvem-se códigos de valores e comportamentos próprios, cada vez mais alheios aos códigos da sociedade mais ampla”.

As metas de sucesso que são consagradas pela sociedade de consumo tornam-se anseios inalcançáveis para os jovens marginalizados do Subúrbio Ferroviário, pois o acesso às “escadas” que os levariam para esse sucesso: a educação, o primeiro emprego, a inserção social, lhe são impedidas, favorecendo a idealização de um futuro incerto e um presente repleto de frustrações. Merton (1949), destaca que:

... Um sistema de valores culturais exalta, por sobre todas as coisas, certas metas de sucesso para toda a população, enquanto a estrutura social restringe ou fecha o acesso a essas metas, de forma legítima, a uma parcela considerável dessa população.

O sucesso (in)alcançável completa o complexo de frustrações da não-realização pessoal, desenvolvendo uma situação em que o jovem perde a direção de sua vida, encontrando-se no caminho da violência e do crime, a alternativa para sua sobrevivência. A violência passa a ser necessária e uma prática constante na vida de muitos jovens, (Espinheira, 1999, p. 54):

(...) “A juventude é vista como possibilidade, é o que pode fazer, e como esse pode fazer está associado às disposições que lhes foram internalizadas, ele pode estar condenado ao sucesso ou ao fracasso, pode inserir-se na sociedade e viver a contemporaneidade ou ser excluído e subordinado a desempenhar o papel de fracassado social”

Além disso, um outro fator deve ser levado em consideração que é a perda do ideal, normatizado pela sociedade, levam os jovens à conclusão de

que não têm nada a perder, fomentando assim uma frustração de espera de um futuro imprevisível, porém com delineamentos já claros e direcionados à exclusão.

Nessa situação de violência epidêmica encontram-se os jovens do Subúrbio de Salvador e, segundo dados da pesquisa em análise, 74.7% dos entrevistados conhecem vítimas de violência e 43.7% conhecem alguém que já foi assassinado nos bairros do subúrbio. Dados de pesquisas anteriores já traçavam essa expectativa de alto índice de violência, segundo a pesquisa coordenada pela Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador, o Subúrbio Ferroviário destaca-se no índice de violência “entre 1996 e 1999, a imprensa noticiou 3.369 assassinatos na cidade de Salvador” e maioria dos homicídios executados em bairros do Subúrbio.

O trabalho realizado durante seis meses pelo projeto Redução de Danos Sociais, doravante RDS, em 2002, tentou rastrear as incidências de violência e crimes no Subúrbio Ferroviário de Salvador/Ba, buscando compreender as bases empíricas para o entendimento da violência e dos altos índices de crimes na área estudada; os resultados da pesquisa Redução de Danos Sociais, foram satisfatórios. Com os questionários que foram aplicados e tabulados posteriormente, ficou comprovado que as condições que levam a maioria dos jovens empobrecidos a cometerem atos de violência, assim como o crime, partem da desigualdade social e de suas variáveis; assim como das políticas públicas ineficazes de nossos governos, que na verdade apenas mascaram o problema e, com isso, o agravam.

*\*Graduando em Ciências Sociais pela Ufba e em Bacharelado em Urbanismo pela Uneb, integrante de equipe de pesquisa no CRH/Ufba, na Linha de Pesquisa : Cultura, Cidade e Democracia : Sociabilidade, Representações e Movimentos Sócios, sob a orientação do Prof. Dr. Gey Espinheira. Estudante pesquisador no Programa de Redução de Danos Sociais no Subúrbio Ferroviário de Salvador/Ba (RDS,2002).  
Bolsista Pibic - Cnpq.*

## **Referências Bibliográficas**

- ARENDDT, Hanna. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro : Relume –Dumará, 1994.
- ADORNO, Sérgio. *A criminalidade urbana violenta no Brasil: o ponto de vistas dos Cientistas Sociais*. Deuxieme Confêrence Internationale sur Sécurité, les Drogues e la Prévention de la Criminalité en Milieu Urbaine. Paris , 1991.
- ABROMOVAY, Míriam (et al.). *Gangues, Galera, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- A TARDE. Violência Desenfreada, cad. Opinião. Salvador, 02/05/99, p. 8
- A TARDE. Assassinatos de jovens estudantes (...), cad. Opinião. Salvador, 26/11/2000, p. 15
- A TARDE. “Morrem muitos jovens nas periferias das metrópoles”, cad. Nacional. Salvador, 02/05/99, p. 18. Salvador, 05/05/02
- CARVALHO, José Antonio de. Salvador: Cidade repartida, Violência: diagnóstico e fortalecimento da cidadania. Gráfica dos Sindicato dos Bancários. Salvador. 2001.
- DURKEIM, E.. O Suicídio: Estudo Sociológico. Lisboa: Presença, 1996.
- DAMACENA, Andreia & ARNAUD, Dy: *Violência no Brasil: Representação de um mosaico*. In :Caderno Ceris – Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais. Editora Vozes Ano I – n.1 – Rio de Janeiro, abril, 2001.
- DADOS, Pesquisa Redução de Danos Sociais nos Bairros do Subúrbio Ferroviário de Salvador, (RDS,2002)
- ESPINHEIRA, Gey. *Salvador : a cidade das desigualdades* . In Cadernos do Ceas, nº 184, nov./dez. Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, 1999.
- ESPINHEIRA, Gey. *Desaparecimento e desaparecidos: Um estudo da violência urbana*. Salvador: Tribunal de Justiça do Estado da Bahia / CEFIJ, 1999.
- ESPINHEIRA, Gey. *Salvador : Sociabilidade e Violência na vida cotidiana em Salvador*. In Bahia Análise e Dados, (v.11). Salvador: Superintendências de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2001.
- FOLHA DE SÃO PAULO, UNESCO - Estuda Saídas para Violência Juvenil, cad. Mundo I, pag. 23. São Paulo, 26/0799
- FOLHA DE SÃO PAULO, Aumentar auto - estima é arma contra o crime, cotidiano 3, pag. 8. São Paulo,02/05/99
- MERTON, R. K. Social theory and social structure. New York: The free press, 1949.
- WACQUANT, Loïc. As prisões da miséria. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,2001.
- WASELFISZ, J.J. Mapa da Violência: *Os jovens do Brasil*. Rio de Janeiro : Garamond, 1998
- WASELFISZ, J.J. (et al) *Juventude, Violência e cidadania: os jovens de Brasília*. São Paulo: Cortez, 1998
- SANTOS, B. de S. *A construção multicultural da igualdade e da diferença*. Trabalho Apresentado no VII Congresso Nacional de Sociologia, Rio de Janeiro, 1995.
- SOARES, Antonio M. C. *Caso Novos Alagados*. Trabalho Apresentado no XII Congresso Nacional de Sociologia, Curitiba - PR, 2002
- SOUZA, Angela Maria Gordilho. *Novas Formas de Habitar e Velhas Estruturas*. In Bahia: Análise e Dados, v1, Salvador, 1991.